

Considerações sobre a produção de açúcar e a lavoura de mantimentos em São Paulo na virada do século XVIII ao XIX

Marco Micheli

Mestre em História Econômica (USP)

Resumo

O presente texto aborda aspectos da economia da capitania de São Paulo a partir de 1765, ano em que foi restabelecida sua autonomia política e administrativa. Desde então, o cultivo da cana e a produção de açúcar haviam sido introduzidos na capitania, visando ao incremento da economia paulista. São Paulo teve sua produção caracterizada pela diversificação dos gêneros agrícolas, política orientada para o abastecimento das tropas militares e da população regional, mas também para comercializar diretamente com o Reino. Nesse sentido, procuramos dar conta dos desafios que se colocaram no estudo da história econômica de São Paulo, principalmente no que diz respeito à presença da cana-de-açúcar no espaço agrário paulista, marcado por unidades produtoras de variados mantimentos.

Palavras-chave economia açucareira, diversificação agrícola, economia colonial, São Paulo, Brasil Colônia.

Abstract

This article covers aspects of the captaincy of São Paulo's economy mainly from 1765, year in which its political autonomy was reestablished. From this very moment, the sugar cane crop was systematically introduced into the captaincy, aiming to develop the local economy. São Paulo had its production characterized by the diversification of farming activities, policy oriented to the supply of military troops and the local population, but also to trade directly with Portugal. To that extent we aim to identify the challenges within the field of São Paulo's economical history, mainly in what concerns the presence of sugar cane in the paulista agrarian space, that was marked by rural properties with a varied production of supplies.

Keywords sugar economy, agricultural diversification, colonial economy, São Paulo, Colonial Brazil.

O Decreto de 5 de janeiro de 1765 estabelecia que “na mesma forma e com a mesma jurisdição que já antecedente o houve nella: Sou Servido restabelecer a mesma Capitania [a de São Paulo] a seu antigo estado”.¹ Assim Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras, reestabelecia a autonomia administrativa e política da capitania paulista que, desde o ano 1748, estava subordinada à do Rio de Janeiro.

A medida deve ser analisada como parte do processo de mudanças na política metropolitana de administração dos territórios coloniais. Isso porque o problema dos embates constantes com os espanhóis nas fronteiras da América Portuguesa era já antigo e, pelo menos desde o início do século, vinham sendo tomadas medidas a fim de garantir a soberania portuguesa em seus territórios. A militarização da capitania, portanto, mostrava-se como uma opção mais eficaz se ela dispusesse de um governo autônomo e separado, fazendo frente às ameaças ao Sul e a Oeste, fato reforçado pela escolha de um nobre com forte experiência militar para governar a capitania, Luís António de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus.²

Se a transferência da sede administrativa do governo para o Rio de Janeiro, dois anos antes, em 1763, denotava a preocupação da Coroa com a eficácia no escoamento da produção aurífera, além de com a entrada dos produtos importados do Reino, esse acontecimento também marcou o descolamento para o eixo centro-sul da colônia do foco das atenções metropolitanas, no sentido de incrementar as áreas ainda pouco produtivas e propiciar controle mais forte e presente naquelas áreas de instabilidade com os espanhóis.³

Ainda que as primeiras instruções tenham sido de teor nitidamente militar, a preocupação com o fomento à lavoura na capitania não tardaria a despontar. A capitania de São Paulo oferecia importante potencial de crescimento agrário marcado pelas extensões de terras férteis e abertas para o cultivo de gêneros agrícolas. As correspondências de época possibilitam identificar no discurso do Morgado de Mateus e, por assim dizer, da própria Coroa, o fomento à lavoura e ao comércio dos gêneros agrícolas como política clara de incremento às áreas menos desenvolvidas. Em carta ao conde de Oeiras datada de primeiro de março de 1769, o governador dava conta das medidas que estavam sendo tomadas “para que [...] fizessem aos lavradores maior desejo de aumentar suas plantas à vista dos lucros que se lhes seguiuão”.⁴ No ano seguinte, prestava contas da fundação das vilas de Atibaia, Mogi-

1 “Decreto pelo qual (D. José I) nomeia governador e capitão-general da capitania de São Paulo, o (Morgado de Mateus), D. Luiz Antônio de Sousa Botelho e Mourão, e ordena ao Conselho Ultramarino que passe o respectivo despacho”. 5 de janeiro de 1765. AHU_CU_023-01, Cx. 23, D. 2215.

2 Cf: BELLOTO, Heloisa Liberalli. *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2007, cap. 1.

3 Cf: *Idem, Ibidem*.

4 “Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de

Mirim e Faxina, relacionando-as com as possibilidades de desenvolvimento de suas lavouras e “do progreço que foram as vilas em plantações e agricultura”.⁵

Outro aspecto que presente na correspondência do governador diz respeito à preocupação com a melhoria nos caminhos entre São Paulo e Santos e em direção ao Iguatemi. Se o incentivo à agricultura era necessário, igualmente era o aprimoramento das rotas por onde os produtos pudessem ser exportados e comercializados. O interesse na melhor comunicação entre as vilas justificava-se, ademais, para que se houvesse maior eficácia na circulação dos produtos manufaturados e do armamento, que tanto era necessário para fortificar as tropas militares.⁶

Do governo de D. Luís Antonio, datam as primeiras tentativas de produção voltada à exportação dos produtos paulistas, com destaque ao algodão e ao açúcar. Para Maria Thereza Petrone, o governador logrou demonstrar a presença de um sistema de agricultura itinerante vigente em São Paulo, o que por ele era combatido a partir de sua política de incentivo à cultura de produtos exportáveis. O incremento de culturas variadas de mantimentos, como o milho, o feijão e o arroz, ao lado do açúcar e da aguardente, teriam sido os motes da transformação da agricultura itinerante em agricultura comercial.⁷

A organização espacial da produção açucareira paulista, que foi tomando forma na segunda metade do século XVIII, esteve dividida, basicamente, em duas áreas principais. A primeira consistia no litoral paulista desde o norte, perto de Ubatuba, até a área ao sul de Santos. Marcelino Pereira Cleto discorreu, no ano de 1782, em sua dissertação sobre o estado da capitania, sobre a geografia agrícola de São Paulo. Segundo ele,

A capitania de São Paulo consta de uma extensa marinha, que ao norte principia na vila do Salvador do Ubatuba, e ao sul confina com a vila de São Francisco, toda a marinha é cercada de uma áspera serra, e depois dela ficam as terras do sertão, nas quais entra a cidade de São Paulo, hoje cabeça da capitania. Assim a marinha como as terras acima são muito frutíferas. Na marinha especialmente ao nordeste o Ubatuba até a Conceição de Itanhaém produz bem a cana-de-açúcar e arroz, igualmente pode dar o café e o anil, produz mais a farinha de mandioca, milho, feijão e algodão, mas não tão

Sousa Botelho Mourão, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dando conta das medidas tomadas para o fomento da lavoura e do comércio, assim como da intenção de fundar uma nova povoação nas margens do rio Piracicaba”. 1 de março de 1769. AHU_ACL_CU_023, Cx. 5, D. 347.

- 5 “Relação das cartas de serviço do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus”. Post. 22 de março de 1770. AHU_CU_023, Cx. 6, D. 356.
- 6 Cf: BELLOTTO, Heloisa. *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2007, pp. 193-194; AHU_CU_023, Cx. 6, D. 356.
- 7 PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968, p. 16.

bem, porque em muitos anos prejudicam estas plantas a chuva, que são frequentes em toda a marinha.

De Conceição de Itanhaém até São Francisco todos estes gêneros produzem, porem parece mais própria a farinha de mandioca, e dos portos que se compreendem neste distrito, saem todos os anos bastantes embarcações carregadas de farinha para a vila e praça de Santos na mesma capitania, para o Rio de Janeiro, para a capitania do Espírito Santo, Bahia, e até alguma ocasiões para o Rio Grande.⁸

Em seu relato, identificamos elementos que corroboram a existência, à época dos escritos, tanto da produção de gêneros diversos ao longo do litoral paulista quanto do comércio desses produtos, fosse em escala local, para a vila de Santos, ou em escala regional, para outras capitanias e inclusive ao próprio Rio de Janeiro, praça que se consolidava como consumidora de determinados mantimentos produzidos em São Paulo. Podemos inferir, que, conforme ocorria desde o século anterior, existia na capitania produção que atendia ao mercado interno colonial, mas ainda não era direcionada ao mercado externo, ou, se quisermos, à metrópole. Além disso, importante destacarmos que a produção de açúcar, em destaque ao lado do cultivo do arroz no trecho selecionado, já figurava como amplamente estabelecida na faixa litorânea. Sobre as outras regiões da capitania, Cleto propôs que

Nas terras do sertão, ou serra acima produz bem o milho, feijão e sofrivelmente a cana-de-açúcar, mandioca, anil, trigo, sendo que estes últimos gêneros pouco se cuida, e os paulistas se aplicam mais à criação de animais, e com efeito delas sai muito gado e toucinho. Em Curitiba, que fica para lá da serra, que cobre Paranaguá, eram algum dia famosas as suas fazendas de gado, hoje porém estão menos rendosas, tanto pelos direitos que se inovaram nos animais da sua produção, como por se ter adiantado em toda a capitania esta criação, também nela se produz excelente trigo, em que mais alguma coisa cuidam, que no resto da capitania.⁹

Ainda que o objetivo de sua descrição fosse informar aos agentes metropolitanos o real estado em que se encontrava São Paulo, algumas nuances de seu discurso devem ser levadas em consideração. Pereira Cleto era favorável a que as instituições governamentais tornassem a Santos, como assim fora até a década de 1760. Em seu texto, tomou posições que transpareciam a sua tese de que “a agricultura da marinha [era] mais útil” e que, por conseguinte, deveria-se cuidar mais da povoação dessas áreas em detrimento daquelas de “serra-acima”, o contrário, segundo ele, do que se vinha fazendo.¹⁰ Na verdade, ele acreditava

8 CLETO, Marcelino Pereira. Dissertação sobre a capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la. In: *Roteiros e notícias de São Paulo colonial (1751-1804)*. Coleção Paulística, vol. 1, Governo do Estado de São Paulo: 1977 [1782], pp. 18-19.

9 *Ibidem*, p. 19.

10 *Ibidem*, p. 21.

que o governo teria mais sucesso na eficácia de suas medidas se voltasse a manter em Santos, de onde foi juiz entre 1779 e 1787, o centro da administração pública e se lá se concentrassem as atenções quanto às políticas econômicas.

Nesse sentido, quando sugeriu que na região do planalto se produzia sofrivelmente a cana, sua afirmação, muito provavelmente, esteve relacionada à sua vontade de enaltecer as características da agricultura no litoral, buscando diminuir as vantagens do solo na região do “sertão paulista”, que teria papel importante não na produção de mantimentos como “mandioca, anil, trigo”, mas na criação de animais. Ainda assim, ponderou ao apontar que:

A vila de Itu também excede a todas as mais terras de serra acima na produção de açúcar, em que fazem boa utilidade alguns de seus habitantes. Em quase todas as terras de serra acima há minas de ouro, e na marinha mesmo de Iguape até Paranaguá; porém não se conta na capitania de São Paulo um mineiro de profissão [...] Junto a vila de Sorocaba existem também abundantíssimas minas de ferro, e aço. Além disso a marinha da capitania de São Paulo é abundantíssima de peixes, que salgam, e beneficiam; porém a vila de Paranaguá excede a todas as mais nesta indústria com utilidade própria, e da Fazenda Real, que tem a dízima deste peixe todas as vezes, que entra em qualquer alfândega. Estas são as produções que oferece a capitania de São Paulo nas terras de marinha, e sertão [...] é necessário observar, aonde pode ser mais lucrosa ao povo, e à Fazenda Real [...]”¹¹

O magistrado já indicava, portanto, o papel importante da vila ituana na produção de açúcar de São Paulo, fato corroborado pelos dados presentes na documentação de fins daquele século. Ao mencionar, outrossim, a abundância dos peixes na marinha da capitania, reiterava seu discurso das grandes potencialidades propiciadas pela região marítima, diversas daquelas encontradas na área do planalto, que, para além da “vocaçãõ” produtiva de toucinho e couros, residiriam na exploração de minas de ouro, ferro e aço, notadamente nos entornos de Sorocaba, como discutimos anteriormente.

No litoral, a grande produção açucareira esteve sempre concentrada na região de Ubatuba e São Sebastião-Ilha Bela. As outras áreas, ainda que apresentassem cultivo da cana, não chegaram a ter produção expressiva e, quase sempre, destinaram-se à produção de aguardente.¹²

Essa porção mais setentrional da faixa litorânea paulista era mais povoada e tinha uma economia bem mais promissora em relação ao litoral sul. Com base na documentação, Maria Petrone apontou que provavelmente a produção de açúcar destinada à exportação teria se iniciado na década de 1780, momento em que já existiam indícios da existência de comércio

11 *Ibidem*, p. 19.

12 PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968, p 25.

entre produtores das vilas ao norte com a praça do Rio de Janeiro, geograficamente mais próxima do que Santos. O fenômeno, porém, seria abalado graças às ordens de Bernardo José de Lorena, que, como vimos, tentou proibir o comércio com o porto fluminense, permitindo-o apenas por meio do porto de Santos. Em ofício da Câmara de Ubatuba, a descrição da situação era clara:

Este dito ano de 89 florescia esta vila com muito aumento na Agricultura das Lavouras e na navegação do Mar havia um grande número de Povo vindo de fora a negociar e os Lavradores e mais povo se aplicavam nas lavouras como desesperados; mas era que o preços dos efeitos os convidava para isso, de forma que em bem poucos anos se levantam aqui mais de 20 Engenhos de fabricar Aguardente e também alguns de fazer açúcar.¹³

O “golpe”, desferido pelo decreto de Lorena, seria sentido pelas vilas produtoras e, em parte, anulado quando da liberdade de comércio, novamente concedida em 1798, pelo governador Antonio Manuel de Melo e Castro de Mendonça.¹⁴ A produção saltaria de 12.747 arrobas de açúcar em 1797 para 38.893 arrobas dois anos depois.¹⁵ Para efeitos comparativos, Santos apresentava, à mesma época, pouca ou nenhuma produção de açúcar e tímidas 60 pipas de aguardente.

A segunda região de cultura do açúcar consistia na área de “serra-acima”. Se, por sua “difícil saída”, Marcelino Cleto afirmou que a agricultura litorânea era mais proveitosa à Coroa, não é verdade que fossem de má qualidade as terras da capitania para a plantação açucareira; pelo contrário. A região para além da serra compreendia tanto a área ao longo do caminho para o Rio de Janeiro quanto o “quadrilátero do açúcar”. Esse critério de subdivisão é importante para analisarmos a relevância do cultivo da cana na formação da estrutura agrária paulista e entendermos a economia da capitania no século XVIII.

A primeira localidade referia-se às vilas que se situavam no Vale do Paraíba paulista, em direção ao Rio de Janeiro. As vilas de destaque eram Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Lorena, Cunha e São Luís do Paraitinga. Por sua posição geográfica, foram, sem dúvidas, beneficiadas pela liberdade comercial estabelecida no governo de Melo e Castro, ao passo que também prejudicadas no momento da restrição imposta no governo antecedente. Em termos quantitativos, havia 65 engenhos, que produziam 7.038 arrobas de açúcar em Guaratinguetá, no ano de 1798. Em Lorena, a quantidade de fábricas de açúcar não

13 “Ofício da Câmara de Ubatuba a Mello Castro e Mendonça”. 16 de junho de 1798. AE, TC, 10-1-22 *apud* PETRONE, Maria Thereza Schorer. *Op. Cit.*, p. 28.

14 Trataremos do período posterior à administração de Lorena, vale dizer, o governo de Melo e Castro de Mendonça e o subsequente, Antonio José da Franca e Horta, na parte introdutória do capítulo 03.

15 *Ibidem*, p. 31.

ultrapassava o número de 30, as quais totalizavam produção de 2.402 arrobas. Parece, todavia, que a cana-de-açúcar não monopolizou, por completo, as forças dessa área, embora tivesse constituído produto de importância para a economia das vilas ali situadas. Na verdade, a área ao longo do caminho para o Rio de Janeiro nunca foi grande produtora de açúcar e teria se destacado no cultivo do café desde ainda desde os momentos finais do século XVIII.¹⁶

Já o “quadrilátero do açúcar” adquiriu a posição de principal região produtora do gênero em São Paulo. Essa denominação, cunhada por Caio Prado Jr.,¹⁷ relacionava-se à área compreendida entre Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiá.

Nessa região, ainda em 1797, produziam-se 83.435 arrobas de açúcar, montante altíssimo se comparado ao das outras áreas da capitania, principalmente se levarmos em conta que o número referia-se apenas ao que seria exportado.¹⁸ Dentro do “quadrilátero”, destacavam-se Itu, Porto Feliz e Campinas, vilas com os valores produtivos mais elevados de toda a capitania de São Paulo.

Em Itu, já no ano de 1776, havia 25 engenhos, número que, vinte e dois anos depois, mais que quadruplicou. Em 1798, sua produção, sempre crescente, girava em torno de 66.000 arrobas, o que para as condições de comércio e agricultura, era quantidade muito considerável. Nesse sentido, é verdade que, na vila, a cana-de-açúcar teve “uma importância fora do comum”, tendo se especializado na produção do gênero, que foi constantemente exportado a Portugal graças à sua qualidade.¹⁹

	1798	1808	1818
Itu	66.540	81.000	106.000
Campinas	11.700	25.400	100.000

Em menores proporções, Campinas também tinha importância no cenário da produção de São Paulo. Em 1798, existiam 37 engenhos em seu território, que produziam por volta de 11.700 arrobas de açúcar e 460 canadas de aguardente. Augusto Saint Hilaire, em seu

16 *Ibidem*, p. 39.

17 “Tal crescimento se verifica particularmente na área central da capitania, entre os rios Moji, Piracicaba e Tietê, grosseiramente o quadrilátero compreendido entre as vilas de Mogi Guaçu, Jundiá, Porto Feliz e Piracicaba [...]”. Cf: PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008 [1942], p. 79. Maria Petrone, em seu estudo, estendeu o quarto polo de Porto Feliz a Sorocaba, aumentando a área do “quadrilátero”.

18 PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968, p. 41.

19 *Ibidem*, p. 42.

20 Listas Nominativas de Habitantes das vilas de Itu e Campinas, Maços de População. Arquivo do Estado de São Paulo.

A cidade de Campinas deve sua origem ao fabrico do açúcar. Durante muito tempo acreditava-se que as terras pretas dos arredores de Itu eram as únicas, de toda essa parte da Província, apropriadas à cultura da cana de açúcar; entretanto, apesar desse preconceito, algumas pessoas ensaiaram, em 1770, plantar essa gramínea nas terras vermelho-escuras do atual termo de Campinas. Completo êxito coroou esse ensaio, e o exemplo foi logo seguido por grande número de agricultores.²¹

Se a divisão geográfica da produção açucareira na capitania foi tarefa mais simples de executar, alguns desafios de natureza diversa, entretanto, colocaram-se no campo do estudo da história do açúcar em São Paulo. Em sua pesquisa, Maria Thereza Petrone teceu algumas considerações relativas à origem e ao tamanho das propriedades rurais paulistas. Indicou, entre outras questões, que quando uma área própria para a cultura da cana não mais comportava concessão de sesmarias e subdivisão de terras, procurava-se obter sesmarias em áreas novas. Desse modo, foi possível ter havido, no planalto, avanço gradativo para o interior e progressão da fronteira de povoamento, mesmo fenômeno que o ocorreria, posteriormente, com o café.²²

Nesse processo, o investimento de capitais necessários para o desenvolvimento da lavoura açucareira possivelmente teve características peculiares na capitania de São Paulo. Isso porque “tudo parece indicar que a lavoura canavieira teria autofinanciado seu desenvolvimento, principalmente tendo-se em conta que no início na havia sempre necessidade de empatar capitais com a terra.” O agricultor de mantimentos teria logrado, dessa maneira, guardar pequenas economias, que lhe permitiram iniciar a agroindústria do açúcar. Além disso, o número de escravos era, inicialmente, por demais reduzido, como se pode ver nos Maços de População das principais áreas canavieiras. A organização da fazenda, assim, “em terra obtida por posse ou sesmaria, instalações modestas e pequeno número de escravos teriam possibilitado o desenvolvimento da cana-de-açúcar e o acúmulo de capitais que permitiram a expansão dessa atividade”.²³

Para além do problema acerca da origem dessas fazendas, outro desafio para os estudiosos da lavoura canavieira em São Paulo foi a questão do tamanho das propriedades. No caso de Itu, “onze das propriedades canavieiras são só fazendas de cana, as restantes – 124 – possuem engenho. As propriedades canavieiras variam quanto ao tamanho de 22.500 a 31.162.500 braças quadradas”. Nessa rede, a pequena propriedade apresentava cultura de mantimentos, enquanto as maiores eram decididamente canavieiras. Segundo Petrone, a

21 SAINT HILAIRE, Augusto. *Viagem à Província de São Paulo*, p. 148 *apud* PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968, p. 45.

22 PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968, p. 54.

23 *Ibidem*, p. 58.

pequena propriedade não era muito frequente para a lavoura de cana, já que para o sistema de cultura empregado, ela carecia de terras suficientes.

Nessa lógica, as grandes propriedades ter-se-iam originado, em parte, “da relativa facilidade na obtenção de terras e na mentalidade capitalista que, aos poucos, ia tomando conta dos fazendeiros paulistas, os quais, com muitas terras, queriam garantir a produção, em maior escala, de matéria prima para sua indústria”. Por isso, “a incapacidade de moer mais cana dentro das condições técnicas do engenho e, portanto, de produzir mais açúcar encontrou como solução, a construção de mais engenhos e, conseqüentemente a subdivisão da propriedade, embora não fossem raros os senhores de mais um engenho”.²⁴

Na esteira das problemáticas levantadas por Petrone, Pablo Oller analisou a relação entre o número de engenhos na capitania, a produção de açúcar nas vilas da capitania e o número de escravos que lá trabalhavam. Segundo ele, o crescimento da quantidade de engenhos na região do planalto fora da ordem de 548%, tendo passado de 79, em 1793, a 433, em 1799. No que se refere aos dados produtivos, na primeira data, fabricavam-se 41.708 arrobas de açúcar, enquanto na segunda, 153.449. O crescimento, ainda que notável, foi de 368%, portanto.²⁵

O volume da produção não acompanhou o número de engenhos estabelecidos na capitania devido à baixa produtividade dos engenhos paulistas. Os dados indicam que somente sete engenhos da região de serra-acima produziam entre 2.000 e 2.800 arrobas de açúcar no ano de 1798, enquanto trinta e seis tiveram produção entre 1000 e 1999 arrobas. Já no patamar que compreendia produção entre 100 e 900 arrobas, figuravam 194 engenhos, e menos de 100, 92 fábricas. Nesse sentido, parece prudente asseverar que a grande maioria tinha baixa produtividade, se comparada aos dos outros 43, cuja produção era acima de 1000 arrobas.²⁶

Sobre esse problema, convém lembrar que “a monocultura – pelo menos para exportação – claramente não foi o padrão sequer para os grandes produtores escravistas de São Paulo, apesar de se caracterizarem como unidades de capital intensivo”. Por essa razão que

²⁴ *Ibidem*, p. 77.

²⁵ MONT SERRATH, Pablo Oller. *Dilemas & conflitos na São Paulo restaurada: formação e consolidação da agricultura exportadora (1765-1802)*. Dissertação (Mestrado) – FFLCH, USP, 2007, p. 117.

²⁶ Mont Serrath, a respeito da comparação entre os engenhos baianos e os paulistas, pontou que “Para se ter uma ideia, se compararmos com a produção baiana no século XVIII, o fenômeno fica ainda mais evidente. Em 1786, a Bahia produziu aproximadamente três vezes mais do que a capitania toda de São Paulo em 1798. Todavia, São Paulo tinha 417 engenhos, enquanto a Bahia, 150. A média de arrobas de açúcar produzido por engenho na capitania baiana era 2.667, na paulista, apenas 300. Ainda no que diz respeito à produtividade da capitania, na vila de Itu, maior produtora de açúcar de São Paulo, dos 103 engenhos existentes, somente 32 deles davam conta de mais de 70% da produção total no ano de 1798”. In: *Ibidem*, p. 121.

“em nenhuma localidade encontramos as dominantes unidades monocultoras supostamente típicas das zonas açucareiras do Rio de Janeiro”.²⁷

A esse respeito, vale refletirmos brevemente sobre as características das propriedades agricultoras na região centro-sul da colônia, que apresentavam estruturas diversas das grandes unidades de produção monocultoras do Nordeste açucareiro. Já na década de 1980, Roberto Martins indicara que as propriedades do sul da capitania de Minas Gerais, formadas durante o período da mineração e também a partir do êxodo populacional com a decadência das atividades de extração de ouros e diamantes, tinham por traços principais a autossuficiência, a diversificação das culturas e a desconexão com o mercado exportador.²⁸ É interessante atentar à forma como se conformam essas unidades, que, se é verdade que não tinham quaisquer ligações com o mercado exportador, constituíam verdadeiras fazendas de produção mista, que produziam para manter-se e também para pequenos mercados locais.

No âmbito dessa discussão, Alcir Lenharo identificou esse mesmo processo de comercialização dos excedentes agrícolas das propriedades no sul de Minas que, com o refluxo da mineração, passaram a direcionar os produtos, antes para abastecimento das Gerais, ao Rio de Janeiro.²⁹ Segundo ele, a região experimentou um reforço na sua estrutura econômica, que já era alicerçada na produção mercantil de gêneros de subsistência. A lógica produtiva, a partir das décadas finais do Setecentos, seria justamente a produção de víveres, mas voltada para fora, em busca de mercados. O fator decisivo para que essa tendência se consolidasse teria sido, assim, “o mercado carioca que, dilatando-se progressivamente, ainda que de forma lenta, garantiu o movimento de reorganização interna da economia do Sul de Minas”.³⁰

A produção sul-mineira era, destarte, maciça no que se refere aos gêneros de subsistência, como queijos, gado vacum e suíno, toucinhos e carnes salgadas; mas era o tabaco

27 KLEIN, Herbert S. & LUNA, Vidal Francisco. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2006, p. 67.

28 MARTINS, Roberto Borges. *Growing In Silence: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais - Brasil*. Tese (Doutorado) - Vanderbilt University, 1980.

29 LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992 [1979].

30 *Ibidem*, pp. 60-61. O autor esclareceu-nos que “as condições de produção da pecuária sul-mineira denotavam um tipo de organização econômica preparada para produção em escala mercantil. Os currais tinham uma dependência à parte, para aproveitamento do leite, com o que era fabricado o queijo de Minas, de ampla aceitação no mercado. Era usual o emprego de cercas de pau-a-pique, valos e muros de pedra, o que denotava uma utilização da tecnologia não tão primitiva. Os pastos recebiam melhores cuidados e costumeiramente eram divididos em quatro partes, favorecendo a melhor alimentação do gado. Esta se completava com distribuição regular do sal, milho e principalmente farelo”. Para ele, o “caráter mercantil dessa produção é que permitiu à economia do Sul de Minas assimilar o fluxo migratório das áreas mineradoras em crise. Da mesma forma, recebeu esta região um impacto positivo dos capitais deslocados da mineração. Isso explica, em grande parte, o desvio de escravos, remanejados para a produção agropastoril – o que dará à propriedade de subsistência do sul de Minas uma marca original, já que apoiada em larga escala no trabalho compulsório [destaque nosso]”.

que figurava como o grande gênero de exportação da capitania, ao lado do algodão, ainda que em menor escala. Lenharo salientou que “da produção mineira, no entanto, há que destacar a proeminência das exportações do Sul de Minas, traduzidas principalmente pelas exportações do registro de Itaguaí, que servia ao movimento da estrada real Rio-São Paulo e que atendia particularmente à região mais ocidental do Sul de Minas”.³¹ Com efeito, essa estrada registrava 21 das 28 tropas de Minas, que carregavam majoritariamente tabaco, algodão e mantimentos em geral.³²

Em realidade, o grande polo da produção mineira era o Rio de Janeiro justamente porque a capitania paulista dificilmente se tornaria depositária daqueles mantimentos na medida em que a economia agropastoril paulista também procurava escoar seus excedentes buscando alternativas de mercado.³³ Na verdade, a concorrência das economias das duas capitanias era notável porque passavam, *mutatis mutandis*, pelo mesmo processo. Exemplos concretos dessa competição entre as duas áreas são os ofícios em que paulistas requeriam a proibição da plantação de açúcar e tabaco em Minas por ela ser-lhes essencialmente prejudicial.³⁴

O ponto comum às pequenas unidades agrícolas mineiras que foram surgindo e as “fazendas mistas” paulistas consiste na sua organização produtiva. Essas novas propriedades que se espalharam pelos domínios meridionais coloniais, ao longo do final do século XVIII, mantinham como característica o cultivo de diversos artigos agrícolas em suas terras.

Para São Paulo, o caso de Itu pode elucidar essa questão, já que lá surgiram grandes propriedades, cujo principal produto de exportação era, sem dúvida, o açúcar, mas que tinham sua produção básica, em terras açucareiras, de diversos mantimentos. Algumas décadas adiante, esses engenhos respondiam por 60% do milho, 76% do feijão e quase metade do arroz lá produzido.³⁵ Era expressiva, ademais, a produção de toucinho, cavalos, tabaco e algodão. Padrão esse que não se repetia, por exemplo, no Rio de Janeiro, onde grandes

31 *Ibidem*, pp. 69-70.

32 *Ibidem*, p. 69.

33 *Ibidem*, p. 67.

34 “Ofícios (cópia) dos oficiais, respectivamente, das Câmaras das vilas de Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté, São Luís do Paraitinga, Jacareí, Mogi das Cruzes e cidade de São Paulo, a Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador e capitão general da capitania de São Paulo, datados solicitando que se proíba as plantações de cana de açúcar e de tabaco nas Minas Gerais”. 18 de novembro de 1775. In: Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo(023), cx. 7, doc. 397.

35 KLEIN, Herbert S. & LUNA, Vidal Francisco. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2006, p. 67.

fazendas não produziam nenhum gênero alimentício. Era fenômeno, destarte, próprio da capitania de São Paulo e, como veremos, da região sul-mineira.³⁶

A quantidade de escravos nas lavouras paulistas, aliás, esteve relacionada com a produção açucareira nas diversas localidades.³⁷ Nessa sentido, se tomarmos os dados totais comprovaremos que as três maiores produtoras de açúcar (Itu, Porto Feliz e Campinas) no ano de 1798 são, concomitantemente, as vilas com maior número de escravos. Nas outras, todavia, que apresentavam produção bastante inferior, a relação da produção de açúcar com o número de escravos não é correspondente.³⁸ A explicação desse fenômeno pode ser atribuída ao uso da mão de obra dos cativos na produção de gêneros variados, tendo em vista a diversificação agrícola que se desenvolvia na capitania, que, como já sugerimos, vinha se manifestando paralelamente à consolidação da economia açucareira.³⁹

É certo, de qualquer forma, que com o aumento produtivo da ordem de 368%, o investimento capital em mão de obra também aumentaria nas vilas. Nesse sentido, vale apontar que a entrada de escravos no porto de Santos não foi situação exclusiva da década de 1790. Ainda que o ingresso maciço de africanos se mantivesse por muito tempo ainda através do Rio de Janeiro, já desde, pelo menos, dois decênios antes, escravos eram despachados para a região de serra-acima na alfândega da vila santista. Entre 1779 e 1786, assim, mais de 2000 escravos, vindos do litoral paulista, foram enviados à área do planalto.⁴⁰

Pode-se sugerir, a partir das considerações relativas ao tamanho das propriedades e ao número de escravos, que, no caso de São Paulo, as lavouras parecem ter se organizado de acordo com “referenciais econômicos e sociais, de um lado, [pautados] em padrões de

36 *Ibidem*, p. 67. Cf: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo Garcia. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil do Rio de Janeiro, c. 1750 - c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

37 Petrone chamou atenção para o problema decorrente do grande número de escravos no início do século XIX, o que “reclamava mais cuidado por parte das autoridades. A situação era tão alarmante, que se pensava em utilizar uma ordem de 1732. O temor de levante de escravos difundira-se rapidamente entre a produção de Itu, principalmente, entre os senhores de engenhos, que naturalmente seriam os mais visados [...] Parece que o maior número de insurreições ocorreram nos anos que antecederam a Independência e durante o primeiro Reinado [...] Em São Paulo, como nas outras áreas canavieiras, o escravo trabalhava no canavial, na moenda, na caldeira, nas fases finais de preparação do açúcar, além dos outros trabalhos na fazenda. O escravo ainda podia ser emprestado ou alugado para outra fazenda de cana. Esse caso não deve ter sido muito raro em São Paulo, onde a produção de açúcar não contava com longa tradição e onde, com o rápido desenvolvimento dessa atividade, havia falta de mão-de-obra especializada [...] O próprio presidente da Província, em 1829, chama atenção sobre as consequências dos maus tratos infligidos aos escravos nas ‘fábricas de açúcar’”. In: PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968, pp. 119-123.

38 MONT SERRATH, Pablo Oller. *Dilemas e conflitos na São Paulo restaurada: formação e consolidação da agricultura exportadora (1765-1802)*. Dissertação (Mestrado) – FFLCH, USP, 2007, p. 119.

39 Para maior explanação do problema, ver capítulo 3.

40 *Ibidem*, p. 125.

lucratividade e racionalidade, e, de outro, na crescente valorização do trabalho sistemático”, como afirmou Vera Ferlini, em acordo com a proposição de Petrone acerca da “mentalidade capitalista” dos senhores de engenho de São Paulo.⁴¹

Quanto a esse debate, algumas contemplações fazem-se necessárias. Em estudo sobre a produção açucareira na ilha de Cuba, Manuel Moreno Fraginals sugeriu que se forjou um tipo de projeção capitalista da sacarocracia em ascensão na segunda metade do século XVIII.⁴² Ao longo do período entre 1760 e 1792, criou-se novo sistema de relações mercantis, alicerçadas na intensificação da produção açucareira. Nasceu, concomitantemente, “um tipo de empresário econômico caracterizado por seu escravismo, por sua riqueza baseada na escravidão, mas que tinha clara consciência de que essa escravidão era, ao mesmo tempo, o grande entrave, a corrente que o amarrava ao passado”, o que impedia o “salto” para o capitalismo pleno.

Essa “semi-burguesia” era essencialmente impotente, que “do burguês revolucionário da época tinha apenas o alento intelectual, a mercadoria e o mercado”.⁴³ Ainda assim, ela era também inovadora, já que se expressava em termos burgueses: produzia mercadorias ao mercado mundial e vivia em época na qual “fazer açúcar ainda era um trabalho elementar” e, como ainda não haviam sido criados os maquinários para a produção açucareira, a escravidão colocava-se como única solução para o regime de trabalho. Não obstante, o “dono de escravos podia permitir-se a contraditória prerrogativa de falar e atuar como burguês”, e, por isso, a sacarocracia cubana tentou constantemente revolucionar os meios de produção, levando o senhor de engenho “ao mundo”, sempre em busca de novas técnicas.⁴⁴ Para Fraginals, essa elite introduziu no engenho a rígida disciplina da grande indústria, tendo aprendido com os burgueses europeus “que os segundos são átomos de capital”, constituindo uma forma de taylorismo especial.⁴⁵

No caso brasileiro, o aperfeiçoamento das técnicas e a busca por padrões mais racionalizados em âmbito produtivo também pôde ser verificado, por exemplo, na difusão dos manuais de lavoura, introduzidos pela Coroa Portuguesa no final do Setecentos, notadamente a obra *O Fazendeiro do Brasil*, coleção com onze volumes e editada em Lisboa pelo frei José Mariano da Conceição Veloso. Visando ao “melhoramento da sua economia

41 FERLINI, Vera Lucia Amaral Ferlini. *Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822)*. Anais Museu Paulista vol.17, n.2, 2009, pp. 237-250.

42 FRAGINALS, Manuel Moreno. *O Engenho*, 3 volumes. São Paulo: Editora Unesp/Hucitec, 1988, p. 10.

43 *Ibidem*, p. 49.

44 *Ibidem*, pp 83-84.

45 *Ibidem*, p. 115.

rural”, para que “se pusessem ao nível das Nações vizinhas”, os tantos volumes tratavam das técnicas de cultivo dos mais variados gêneros, inclusive o açúcar:

Em consequência deste Mandamento tenho a honra de apresentar a Vossa Alteza os primeiros cadernos deste volume, que fazem a primeira parte do Primeiro Tomo deste trabalho, que sucessivamente se irá publicando, e abrangerá todos os objetos, que lhe são relativos, em mais volumes. Neste, que pertence à cultura das Canas do Açúcar, e ao seu fabrico, apresento a Vossa Alteza os extratos do Livro V. de Brian Edward, sobre a Jamaica; do Cap. XXIX e XXX do American Hufbrandy; dos artigos das Canas de Miler, e de varias outras rapsódias, concernentes ao mesmo objeto, de novas variedades de Canas, vindas de Malabar, Otaheiti, e Batávia, introduzidas ultimamente nas Ilhas Francesas, e Inglesas, cuja introdução seria de suma utilidade nas Províncias do Brasil; sujeitas a secas; a final da notícia da árvore açucareira, tirada de Zimmermam, e de uma Folha Inglesa, suprimindo, o que não traziam estes papéis, a respeito da sua celebração, ou sangria, com o que copiei do Abade Valemont na sua obra *Curiosites sur la vegetation*. Concluí tido com o plano da reforma das moendas, picadeiros e fornalhas, proposta no Rio de Janeiro por Jerônimo Vieira de Abreu. E por não engrossar mais o volume, deixei para uma segunda parte a tradução das obras de M. du Trone, e Dubamel, e de outros, acerca do mesmo objeto. Para se facilitar o conhecimento das doutrinas expendidas neste trabalho, lhe fiz acrescentar as estampas, que julguei necessárias, assim das plantas, como das máquinas. Este é, Senhor, o método, que me propus seguir, até a conclusão deste trabalho já avançado, em quanto ao que me pertence na maior parte, e com o qual, além deste, apresentarei a Vossa Alteza, nestes mesmos dias, outra Primeira Parte do II Tomo, que expõe as Memórias, que trarão da cultura da planta do Índigo, e do modo de se lhe extrair a fécula colorante, chamada Anil, de grande interesse no comércio, que deve ser continuado na sua Segunda Parte, com as Memórias da Planta da Cochonilha, do modo de a preparar; das da Orelhana, ou Urucu, e sua fécula, etc. No III Tomo igualmente dividido em partes; oferecerei a Vossa Alteza as Memórias pertencentes ao Café, Cacao, Congonha, ou Thé do Paraguai, Guaraná. No IV as que tratam das Especiarias já introduzidas; das que se podem introduzir de novo; e das que são nativas do país. No V. do Algodão, Tabaco, Canhemo, etc.⁴⁶

O Estado português assumiu importante papel nesse movimento de estudiosos, sobretudo a partir de 1770, a partir da publicação de memórias e estudos sobre as ciências naturais. Na verdade, havia, segundo Maria Odila Leite da Silva Dias, “uma política consciente e preocupada em fomentar a produção de matérias-primas para a industrialização de Portugal, em promover um renascimento da agricultura”,⁴⁷ fenômeno que passa a ser

46 VELOSO, José Mariano da Conceição (compil.). *O Fazendeiro do Brasil [...]* (Tomos 01 a 05). Lisboa: Na Regia Officina Typographica, 1798-1806. Transcrição do documento: <http://abordagensgeograficas.geo.puc-rio.br/media/O%20fazendeiro%20do%20Brasil.pdf>. Acesso em dez. 2017.

47 DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2009 [2005], pp. 48-49.

melhor entendido à luz do conceito do novo padrão de colonização, que pressupunha estreitamento dos laços coloniais direcionados à industrialização metropolitana.⁴⁸

D. Rodrigo de Souza Coutinho, “incansável homem de projetos e reformas”, ao tornar-se ministro na última década do século XVIII, fez-se rodear de bacharéis e cientistas brasileiros em prol de uma política de “renovação da agricultura” e “introdução de novas técnicas rurais”. Com esse escopo, requeria relatórios acerca dos processos empregados no cultivo e preparo dos gêneros exportáveis, ao passo que também tratava de promover a introdução do arado, a cultura de novos gêneros e ordenava medidas que estimulassem o comércio colonial.⁴⁹ Enviava-se, à capitania de São Paulo, “folhetos e memórias sobre as árvores açucareiras em geral, sobre os tipos de açúcar fabricados no Rio de Janeiro”, mas não só, posto que também versavam “sobre a cultura da batata, do anil, do café, da canela de Goa, do cravo, da urumbeba; sobre o algodoeiro, a cultura do linho e do cânhamo [...] o preparo do fumo; a arte de fazer cola, preparo do queijo Roquefort”, entre tantos outros assuntos que refletiam a amplitude desse projetos.⁵⁰

Nesse sentido, ao buscar conciliar a persistência da escravidão com o capitalismo nascente, estudos recentes indicaram que diversamente das zonas escravistas mais antigas da produção de mercadorias, as fronteiras novas de mercadoria organizaram a produção em escalas sem precedentes e combinaram terra, trabalho e os instrumentos de produção de formas novas. Em cada uma das zonas, segundo Dale Tomich, “as relações sociais de escravidão foram reformadas em torno de novas relações e processos de produção. Em cada zona de fronteira, o espaço produtivo da plantation foi reorganizado em formas que facilitaram a gestão da terra e do trabalho e a máxima produção de cada cultivo”.⁵¹ Essa transição do século XVIII ao XIX marcou justamente o primeiro momento do escravismo paulista que marcaria todo o Oitocentos, haja vista a retomada das atividades agroexportadoras e o “grande dinamismo” experimentado na economia de São Paulo a partir da década de 1760.⁵²

Durante mais de trinta anos, a agricultura da capitania mudou substancialmente, a partir das medidas implantadas pela Coroa e seus agentes, e, nos anos finais do Setecentos,

48 ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Decadência ou crise do Império Luso Brasileiro: O Novo Padrão de Colonização do Século XVIII” In: *Revista USP*, nº 46, São Paulo, 2000.

49 DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Op. cit.*, pp. 56-57.

50 *Ibidem*, pp. 60-61.

51 TOMICH, Dale. “A escravidão no capitalismo histórico: rumo a uma história teórica da segunda escravidão”. In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (org.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX*. Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 77.

52 MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. “A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia”. In: *Ibidem*, pp. 132-133.

havia se consolidado a lavoura açucareira – mas não só, fortificara-se também o cultivo de diversos gêneros.

De modo geral, portanto, as vilas paulistas apresentavam o perfil mais variado possível: enquanto em Itu predominava o açúcar, em outras localidades desenvolvia-se produção relevante de gêneros como o arroz, feijão, toucinho, milho, trigo, mandioca ou aguardente. O exemplo de Atibaia, espécie de “celeiro” da capital paulista, é importante para compreender-se esse fenômeno: apresentava exportação variada,⁵³ que lhe rendia significativas somas anuais em torno de dez contos de réis.⁵⁴ Era, todavia, o capital proveniente do comércio do açúcar o de maior trato, que chegou a render à vila ituana montantes anuais de até 80 contos de réis. A composição das exportações paulistas nas primeiras décadas do XIX, não obstante, mostrou-se bem diversificada.

Tabela 2 – Comparação entre os valores totais de exportação das vilas de Itu, Campinas e Atibaia (para Lisboa)⁵⁵			
	Itu	Campinas	Atibaia
1804	80:829\$600	39:900\$200	10:502\$560
Tabela 2 – Comparação entre os valores totais de exportação das vilas de Itu, Campinas e Atibaia (para Lisboa) (continuação)			
1805	76:339\$100	31:121\$000	10:427\$960

A economia da capitania de São Paulo, em inícios do século XIX, era caracterizada pela diversificação em sua pauta produtiva, decorrente das políticas de estímulo à agricultura a partir de 1765, na qual o açúcar apareceu como principal produto de exportação. É fundamental, contudo, atentar às peculiaridades dessa economia açucareira estruturada e das unidades produtoras paulistas. Além disso, para compreender-se a economia da capitania nesse período, deve-se levar em conta três condicionantes: a conjuntura da segunda metade do século XVIII, o processo de ocupação e consolidação das fronteiras no sul e o a diversificação agrícola em curso na colônia.

Durante mais de trinta anos, portanto, a agricultura da capitania mudou substancialmente, a partir das medidas implantadas pela Coroa e seus agentes, e, nos anos

53 Para que exemplifiquemos esse quadro, podemos observar que, no ano de 1799, a vila produziu e exportou algodão, farinha, milho, feijão, toucinho, arroz, aguardente, trigo e azeite de mamona e exportou para as vilas de São Paulo, Mogi das Cruzes e Santos. Parece pouco provável que os 250 alqueires de milho, os 215 de feijão, além dos 200 alqueires de farinha e as 334 arrobas de toucinho, tenham sido compradas pela vila santista para consumo de sua população, o que leva a crer que tenham embarcado para outros portos. Fonte: Maços de População de Atibaia, Arquivo do Estado de São Paulo.

54 Fonte: Maços de População de Atibaia, Arquivo do Estado de São Paulo.

55 Elaboração do autor a partir de dados contido em Listas Nominativas de Habitantes das vilas de Itu, Atibaia e Campinas, Maços de População. Arquivo do Estado de São Paulo.

finais do Setecentos, havia se consolidado a lavoura açucareira – mas não só, fortificara-se também o cultivo de diversos gêneros. Naquele momento, São Paulo já congregava antigas redes comerciais estabelecidas com outras partes da colônia, bem como novas regiões de produção de víveres e de açúcar, de modo que ali se forjaram relações sociais próprias e atreladas às dinâmicas econômicas da região.